

Anexo I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23422.007394/2021-18

Aquisição de Storage de Alta Capacidade para Backup

Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CTIC

Foz do Iguaçu, novembro de 2021

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência compor o Edital de Pregão Eletrônico, com vistas a aquisição de Storage de Alta Capacidade para Backup, para armazenamento de cópias de segurança (backup) dos dados institucionais, conforme especificações detalhadas constantes neste Termo de Referência e ADENDO I.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Bens e serviços que compõem a solução:

Órgão Gerenciador: Universidade Federal da Integração Latino Americana (UASG 158658)				
Item	Descrição do Item	CATMAT	Quantidade	Unidade de Medida
1	Storage	404135	1	Unidade

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

A UNILA atualmente utiliza dois sites (locais) para o processamento e armazenamento de seus dados: o principal, localizado no datacenter do PTI (Parque Tecnológico de Itaipu), hospeda os principais serviços disponibilizados na internet, como SIG (Sistema Integrado de Gestão), Correio Eletrônico, serviço de telefonia, publicação de periódicos, repositório acadêmico, EAD (Moodle), entre outros, além de serviços internos, não acessíveis diretamente pela internet, como o monitoramento de ativos de rede e de servidores, autenticação das redes wi-fi internas, banco de dados, servidores de licenciamento acadêmico, entre outros. Neste site, todos os dados estão armazenados em um equipamento de armazenamento de dados (storage) da fabricante Netapp, modelo FAS-2650, coberto por garantia e assistência técnica, além de outro storage, da mesma fabricante, modelo FAS-2240-4 (patrimônio 4686) adquirido em 2013 e não coberto por garantia e assistência técnica.

No site secundário, localizado no prédio da Reitoria, são processados o ambiente de testes, desenvolvimento e homologação das aplicações, além de serviços internos, como pastas compartilhadas, central telefônica, serviços internos de autenticação de usuários, e principalmente, o backup dos dados do site principal. Neste local, há outro equipamento FAS-2240-4 (patrimônio 3730), adquirido em 2014 e também não coberto por garantia e assistência técnica.

Estes storages antigos (aquisição 2013/2014) fazem replicação de dados, de forma que os dados são copiados do site principal para o secundário, e do secundário para o principal, permitindo que dados sejam armazenados em locais distintos de onde foram criados. Essa redundância de dados tem como objetivo uma maior segurança contra perdas de dados por falhas de equipamentos ou possíveis ataques (de ransomware, por exemplo).

3.2. O Problema

Em 2021, a fabricante declarou o modelo FAS-2240-4 como EOA (End Of Availability/Fim de Disponibilidade), conforme anexos I e III do ETP. Deste modo, a fabricante anuncia ao mercado que não comercializará mais componentes para uso nestes equipamentos, tampouco oferecerá suporte ou assistência técnica para eles. Em contato com o fornecedor (anexo II do ETP), também houve a sinalização de que estes equipamentos foram descontinuados e que não seria mais possível adquirir discos de reposição. Nestes equipamentos, os discos mecânicos são o principal componente que apresenta falhas.

Para o storage adquirido em 2013 é necessária a aquisição de vários discos no padrão SAS (part number/sku X412A) para substituir os que estão com defeito, atualmente desativados.

Aggregates

Create	Edit	Delete	Status	Mirror	Refresh		
Name	Used (%)	Available Space	Used Space	Total Space	Volume Count	Disk Count	Status
aggr_sas	-NA-	-NA-	-NA-	-NA-	0	18	offline
aggr_sata	37	8.28 TB	4.82 TB	13.1 TB	6	11	online

Em relação ao storage adquirido em 2014, há um pequeno estoque de discos que foram comprados em 2019, todavia, é impossível realizar qualquer estimativa sobre quanto tempo este estoque irá durar, pois, como citado anteriormente, é um equipamento em uso por 7 anos, factível de apresentar falhas a qualquer momento. Não é razoável que sejam mantidos em produção equipamentos sem suporte e garantia, pois caso ocorram falhas em componentes (mesmo que redundantes), podem ocorrer perdas de dados e indisponibilidade de alguns sistemas.

Portanto, a aquisição se faz necessária para que a UNILA tenha equipamentos em garantia tanto para dados de produção quanto para o armazenamento das cópias de segurança, que, seguindo as melhores práticas de mercado, devem ser armazenadas em local distinto de sua criação. Além disso, visa dar segurança institucional minimizando os riscos contra perdas de dados por falhas de equipamentos ou possíveis ataques.

3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

- 3.3.1. A solução pretendida neste processo não se aplica ao Decreto Nº 8.936 e ao Catálogos de Soluções de TIC.
- 3.3.2. O alinhamento estratégico consta no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2019-2021.

Alinhamento à Política de Governança Digital	
Item	Descrição
OB 16	Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação

Alinhamento aos Planos Estratégicos			
Item	Objetivos Estratégicos	ID	Ação PDTIC 2019/2021
		Inic.	Adequar a capacidade, o nível de disponibilidade

OE 6	Aprimorar a infraestrutura de TIC	6.2	e a performance da infraestrutura de Datacenter
		PR 01	Reestruturar centro de dados e núcleo de rede no PTI

Alinhamento ao PAC	
Item	Descrição
3976	Storage de alta capacidade para backup

3.4. Estimativa da demanda

- 3.4.1. A quantidade a ser adquirida foi dimensionada para substituir equipamento atual e corresponde a 1 (uma) unidade.

3.5. Parcelamento da Solução de TIC

- 3.5.1. A solução deverá ser fornecida e mantida por um único fornecedor, devido a solução associar equipamentos de hardware e softwares proprietários.
- 3.5.2. Desta forma, o parcelamento não é uma opção nesta contratação, mas uma limitação imposta pela arquitetura tecnológica, fabricante e processo de gestão e também se tratar de item único.

3.6. Resultados e benefícios a Serem Alcançados

- 3.6.1. Manter equipamentos de TIC cobertos por garantia e assistência técnica;
- 3.6.2. Dispor de equipamentos de TIC para armazenamento de cópias de segurança;
- 3.6.3. Maior proteção de dados;
- 3.6.4. Armazenar internamente dados que não podem ser enviados para a nuvem.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

- 4.1.1. Manter equipamentos de tecnologia da informação cobertos por garantia e assistência técnica por parte da fabricante, a fim de rápida recuperação em eventos de falha de componentes;
- 4.1.2. Dispor de infraestrutura de tecnologia da informação adequada às necessidades da instituição, utilizando novos padrões e tecnologias;
- 4.1.3. Diminuir a probabilidade de perda de dados, com o aumento da quantidade de cópias de segurança realizadas;
- 4.1.4. Aumentar a segurança da informação no que se refere à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações que devem ser mantidas e armazenadas internamente;
- 4.1.5. Maior aderência ao relatório de auditoria sobre procedimentos de backup das organizações públicas federais - TCU TC 036.620/2020-3.

4.2. Requisitos de Capacitação

- 4.2.1. Deverá ser feito pela contratada o repasse de conhecimento para a contratante, durante as tarefas de instalação e configuração da solução.

4.3. Requisitos Legais

- 4.3.1. Atendimento aos princípios constitucionais da Administração Pública, e as seguintes normas:
- 4.3.1.1. Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências..
 - 4.3.1.2. Portaria MP/STI nº 20, de 14 de Junho de 2016: Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-d-e-tic-v-4.pdf.
 - 4.3.1.3. Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018: Dispõe sobre a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
 - 4.3.1.4. Instrução Normativa nº 1, de 10 de Janeiro de 2019: Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
 - 4.3.1.5. Instrução Normativa Nº 1, de 04 de Abril De 2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
 - 4.3.1.6. Decreto Nº 10.024, De 20 de Setembro De 2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
 - 4.3.1.7. Instrução Normativa nº 73, de 5 de Agosto de 2020: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.4. Requisitos Temporais

- 4.4.1. Os itens objetos desta licitação, deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, contados após envio da nota de empenho, via e-mail, pela unidade solicitante com Ordem de Fornecimento ao fornecedor.
- 4.4.2. A entrega será em remessa única, nos seguintes endereços: Aos cuidados da Seção de Almoxarifado, Rua Macucos 131, esquina com Rua Mineirão - Bairro Portal da Foz - Foz do Iguaçu-PR, CEP 85859-450, Telefones: (45) 3522-9992 e/ou (45) 3522-9993 ou e-mail almoxarifado@unila.edu.br. Poderão ser

indicados outros endereços ou horários no momento do pedido, no município de Foz do Iguaçu.

- 4.4.3. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 11h e das 14h30 às 17h.
- 4.4.4. A entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob pena de não ser autorizada.
- 4.4.5. Esclarecimentos sobre as entregas poderão ser obtidos através dos contatos informados na nota de empenho, de segunda a sexta-feira, entre 8 e 17 horas.

4.5. Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.5.1. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 4.5.2. A contratada se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas da UNILA quaisquer dados ou informações disponíveis em componentes do equipamento, os quais venham a ter acesso em função dos atendimentos de garantia (exemplo: substituição de dispositivos de armazenamento), não podendo revelá-los ou facilitar seu acesso a terceiros. Caso a Contratante não proceda à eliminação dos dados armazenados, fica a contratada obrigada a fazê-lo, de maneira definitiva, estando sujeita às penalidades aplicáveis no caso de mau uso.
- 4.5.3. A Contratante se compromete a permitir e controlar o acesso de empregados ou parceiros da contratada, às instalações da instituição, assim como em relação aos demais recursos envolvidos e sob responsabilidade da Contratante, mediante agendamento prévio com o solicitante responsável pelo chamado.
- 4.5.4. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, que será assinado pelo representante legal da contratada, encontra-se no ADENDO II.

4.6. Requisitos de Sustentabilidade Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.6.1. Não será permitido a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.6.2. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.6.3. A contratada deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

- 4.6.4. Aos profissionais da contratada, quando nas dependências da UNILA, caberá:
- 4.6.4.1. agir de maneira ética e profissional;
 - 4.6.4.2. manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
 - 4.6.4.3. ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os membros da comunidade e usuários do serviço público, agindo com equidade, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
 - 4.6.4.4. estar devidamente identificado com crachá da empresa;
 - 4.6.4.5. contribuir para a conservação da harmonia e organização do ambiente de trabalho, mantendo-o limpo e em perfeita ordem, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- 4.6.5. A contratada se obriga a tomar as devidas providências em relação a desvios de conduta de seus empregados independentemente de notificação pela UNILA.
- 4.6.6. Os produtos devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e permita o descarte sustentável.
- 4.6.7. Cabe exclusivamente à contratada remover às suas expensas todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, assim como o descarte sustentável dos resíduos.
- 4.6.8. Conforme previsto no inciso IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010-SLTI/MPOG, os equipamentos ofertados não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances ou Restrição de Certas Substâncias Perigosas), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.6.9. O trânsito de veículos da contratada estará sujeito às normas e procedimentos internos da UNILA.

4.7. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- 4.7.1. No ano de 2016, a Secretaria de Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, editou a Portaria MP/STI nº 20. Este documento versa sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Com o objetivo de materializar essas orientações, foi elaborado o “Guia de Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC”. Esse guia apresenta 4 (quatro) formas da escolha da tecnologia com base em seu posicionamento dentro do ciclo de vida de bens de tecnologia, a saber:
- 4.7.1.1. Fase de Lançamento: os ativos de TI são naturalmente mais caros por representarem produtos recentemente lançados no mercado e que encontram-se na vanguarda da tecnologia. Normalmente há poucas opções de fornecedores disponíveis no mercado e alguma dificuldade na manutenção e reposição.

- 4.7.1.2. Fase de Seleção: fase imediatamente posterior à de Lançamento, na qual os ativos de TI têm menor custo se comparados à fase anterior, alta capacidade de customização e níveis crescentes de padronização e de suporte de mercado.
- 4.7.1.3. Fase de Menor Custo: fase imediatamente posterior à Seleção, neste momento os ativos de TI estão altamente comoditizados, atingindo seu menor custo de comercialização, tanto para aquisição como para manutenção, possuem alta capacidade de customização, alta padronização e adequado suporte de mercado.
- 4.7.1.4. Fase de Substituição: fase imediatamente posterior a Menor Custo, representa a última no ciclo de vida dos bens de TI. Normalmente, os ativos de TI nesta fase têm baixa comercialização e alto custo de manutenção. São compostos normalmente pelos ativos que fazem parte do legado tecnológico da instituição.
- 4.7.2. O guia recomenda que as aquisições de ativos de TIC sempre ocorram para bens posicionados na Fase de Menor Custo ou, alternativamente, na Fase de Seleção, discorrendo ainda que a Fase de Substituição jamais deve ser escolhida e que a Fase de Lançamento deve ser bem justificada pelo gestor que venha a escolhê-la. Perante estes posicionamentos, qualquer especificação de soluções será feita de forma a respeitar as recomendações deste anexo.
- 4.7.3. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos e sem uso, devendo estar em linha de produção do fabricante.
- 4.7.4. O detalhamento da arquitetura tecnológica encontra-se no “**ADENDO I - Descrição Técnica**”.

4.8. Requisitos de Implantação

- 4.8.1. A solução deverá ser instalada e configurada pela contratada ou por empresa indicada pelo fabricante, em local informado pela equipe técnica, de forma que esteja totalmente operacional, sendo requisito para o aceite definitivo da solução.
- 4.8.2. A contratada deverá dar o suporte necessário para instalação de todos os equipamentos até que se estabeleça o seu pleno funcionamento.
- 4.8.3. O processo de instalação e configuração realizado deverá ser documentado pela contratada sob a forma de relatório e entregue ao final das atividades (AS-BUILT).

4.9. Requisitos de Suporte, Manutenção e Garantia

- 4.9.1. Equipamentos com garantia de 60 meses, conforme orientações contidas no documento "Guia de Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC" - Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016.
- 4.9.2. O prazo de garantia iniciará a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 4.9.3. A garantia inclui a reposição de peças e ou equipamentos e atendimento on-site (no local de instalação dos equipamentos).
- 4.9.4. O suporte técnico deverá ser prestado pelo fabricante e pela contratada durante o prazo de garantia.

- 4.9.5. O serviço de garantia deverá ser proativo, com monitoramento preventivo do equipamento por meio de sistema automatizado.
- 4.9.6. Suporte e assistência técnica com nível de serviços do tipo next business day por ser um equipamento de funcionamento essencial às atividades do órgão.
- 4.9.7. Será fornecido o direito de atualização dos softwares e sistema operacional do equipamento durante o período de garantia, sem custos para a contratante.
- 4.9.8. Quaisquer alegações por parte da contratada por ocasião do acionamento da garantia contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica etc.) ou usuários (mau uso, imprudência, etc.), devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos, emitidos pelo fabricante do equipamento, sem ônus adicional à contratante. Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação ou baseadas na experiência dos técnicos envolvidos ou, ainda, alegações baseadas em exemplos de terceiros. Enquanto não for efetuado o laudo, e esse não demonstrar claramente os problemas alegados, a contratada deve prosseguir com o atendimento dos chamados, não cabendo direito de indenização ou compensação de qualquer espécie;
- 4.9.9. A responsabilidade pela substituição de peças ou equipamentos com defeito ou fora da conformidade será exclusivamente da contratada, inclusive com os custos advindos desta.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico.
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 5.1.6. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.
- 5.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- 5.1.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 5.1.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 5.1.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada.

5.2. Deveres e Responsabilidades da Contratada

- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 2 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- 5.2.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 5.2.10. Reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal,

devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 5.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.2.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.2.14. Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 5.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores de flutuações cambiais do contrato, sem prévia autorização da contratante.
- 5.2.16. A segurança física do ambiente, relacionado nas "Ações de Responsabilidade da contratada", constantes no "Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)", disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

6. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.2. O recebimento de material de valor superior a R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 6.4. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.5. Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento e outras existentes, correrão por conta da contratada.
- 6.6. Os produtos fornecidos devem estar plenamente de acordo com a especificação descrita neste Termo de Referência e serem da mesma marca e modelo/versão (quando aplicável) ofertados e aprovados no parecer técnico.

- 6.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.9. A responsabilidade pela substituição dos produtos com defeito ou fora da conformidade será exclusivamente da contratada, inclusive com todos os custos advindos desta.
- 6.10. Após o recebimento provisório dos bens, serão iniciadas as tarefas junto à contratada para a definição das tarefas e prazos de instalação.
- 6.11. Verificada a compatibilidade entre o objeto contratado e o executado, bem como a qualidade e a integridade dos materiais e dos serviços prestados, incluindo os ajustes e correções necessárias, o Fiscal Requisitante ou Técnico assinará o recebimento definitivo.
- 6.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.13. Se no ato da entrega dos produtos a nota fiscal/fatura não for aceita pela unidade solicitante devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as correções necessárias, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.
- 6.14. O presente modelo de execução do contrato contempla as principais diretrizes e condições necessárias ao fornecimento da Solução de Tecnologia de Informação, objeto da presente contratação, para o adequado acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, que consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos bens e ou serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar a perfeita execução contratual.
- 6.15. Papéis e Responsabilidades: Para a execução do objeto da presente contratação deverão ser designados os seguintes papéis e respectivas responsabilidades:
- 6.15.1. Preposto: representante da contratada, por esta indicado e formalmente nomeado, responsável por acompanhar a execução do objeto e atuar como interlocutor principal junto à UNILA, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 6.15.2. Gestores e fiscais técnicos nomeados, conforme indicação do departamento de contratos.
- 6.16. Ficam estipulados os seguintes prazos a serem cumpridos pela Contratada:

Serviço	Prazo padrão	Extensões de prazo
Entrega de equipamentos por motivo de compra.	Até 60 (sessenta) dias corridos após o envio da Nota de Empenho.	Não superior a 15 (quinze) dias corridos, ou seja, o prazo total de entrega não poderá ser superior a 75 (setenta e cinco) dias corridos, ficando a extensão sujeita à aprovação

de Fiscal.

Serviço	Critério	Prazo padrão
Chamado de severidade 1	1- O sistema está total ou parcialmente parado e nenhuma solução imediata está disponível. 2- Todos ou parte substancial dos dados do sistema estão sob risco de perda ou corrupção. 3-Ambiente apresenta perda substancial de serviços. 4-As operações de negócio foram severamente interrompidas.	-Atendimento será iniciado em até 2 (duas) horas contadas a partir da abertura do chamado técnico, inclusive em feriados, fins de semana e fora do horário comercial.
Chamado de severidade 2	1-Ocorre quando uma funcionalidade tida como importante é severamente prejudicada. 2-As operações podem continuar de forma restrita, apesar da produtividade em longo prazo ser adversamente afetada. 3-Instalações adicionais estão afetadas e alguma solução temporária está disponível.	-Atendimento será iniciado em até 4 (quatro) horas contadas a partir da abertura do chamado técnico, inclusive em feriados, fins de semana e fora do horário comercial..
Chamado de severidade 3	1-Envolve perda parcial ou não crítica da funcionalidade do equipamento ou software. 2-A operação de alguns componentes do equipamento ou do software está prejudicada, mas permite que o usuário continue usando-o.	-Atendimento será iniciado em até 16 (dezesesseis) horas, contadas a partir da abertura do chamado técnico e dentro do horário comercial, nos dias úteis.
Chamado de severidade 4	-Refere-se às questões de uso geral. -Erros na documentação.	-Atendimento será iniciado em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da abertura do chamado técnico e dentro do horário comercial, nos dias úteis.

- 6.17. Para solicitação de atendimento (chamados técnicos) em sistema próprio da contratada, é obrigatório que o sistema de abertura de chamados esteja disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, via web e também disponível em horário comercial para abertura de chamados via telefone (0800), respeitados em ambos os casos os prazos para início do atendimento.
- 6.18. O sistema de abertura de chamados deverá possibilitar o envio de informações ao solicitante por meios eletrônicos que garantam a rastreabilidade e acompanhamento do chamado técnico.
- 6.19. A perfeita execução da etapa de diagnóstico é de responsabilidade da contratada, devendo ser descomplicada para o usuário solicitante, que não se obriga a realizar procedimentos para os quais não se sinta capacitado.

6.20. O encerramento de chamados técnicos dependerá de concordância do solicitante da UNILA, inclusive para os chamados que apresentarem dubiedade, respeitadas as evidências técnicas e o foco na resolução efetiva do problema.

6.21. Mecanismos Formais de Comunicação

6.21.1. Para fins de comunicação e formalização da comunicação entre a UNILA e a contratada, ficam estipulados os seguintes meios e documentos que poderão ser utilizados:

6.21.2. Telefone: pode ser utilizado para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente e com propósito de dar agilidade às tratativas.

6.21.3. E-mail: deve ser utilizado para comunicações relativas a convites ou convocações para reuniões, atualização de informações relevantes ao contrato e assuntos diversos que mereçam ser documentados, incluindo informações relativas a chamados técnicos, para fins de auditoria, e que não estejam previstos nas demais formas elencadas. Devem ser utilizados única e exclusivamente endereços de e-mail institucionais, de ambas as partes.

6.21.4. Bate-papo: forma de comunicação via internet, online e por texto, permitindo envio de arquivos. Disponibilizada pela contratada em sítio próprio, para esclarecimentos de dúvidas entre as partes e caracterizada como ferramenta complementar ao sistema de Atendimento (chamado técnico).

6.21.5. Nota de Empenho: registro do comprometimento de despesa. Será enviado à contratada para solicitar a entrega (ou fornecimento) à contratante.

6.21.6. Atendimento (chamado técnico): registro de solicitações e atendimentos para suporte e providências quanto a incidentes, eventos, problemas, ocorrências relativas ao objeto do contrato via sistema eletrônico de tratamento de chamados da contratada, disponível via web e telefônico tipo 0800 (gratuito para ligações de fixo e móveis), devendo constar do registro das solicitações as seguintes informações mínimas:

6.21.6.1. Identificação do solicitante da UNILA;

6.21.6.2. Identificação do(s) técnico(s) envolvido(s) no atendimento;

6.21.6.3. Protocolo de atendimento;

6.21.6.4. Assunto da solicitação;

6.21.6.5. Descrição da solicitação;

6.21.6.6. Datas de abertura, acompanhamentos e encerramento da solicitação;

6.21.6.7. Relato dos acompanhamentos (tratativas) dadas ao atendimento;

6.21.6.8. Anexos envolvidos nas tratativas do chamado;

6.21.6.9. Toda comunicação entre solicitante e técnicos, independentemente do meio utilizado, envolvendo a resolução de problemas relativos à garantia, deverá ter seu conteúdo registrado pela contratada em chamado técnico.

6.21.7. Ofício: documento para formalização e evidenciação de demandas que ensejem acordos, tratados, avisos, comunicados, dentre outras, a ser utilizado por ambas as partes, sempre que houver o entendimento ou a necessidade de evidenciar tais fatos e que necessitem de tramitação para ciência e aprovação nas partes.

6.21.8. Reunião Virtual ou Presencial: reuniões realizadas presencialmente ou por meio da Internet, com recursos de comunicação, para tratamento de assuntos

diversos e relevantes para tomada de decisões relativas ao contrato. Independentemente de ser presencial ou virtual, demanda a elaboração de ata de reunião.

6.22. Sanções administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento

6.22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

- 6.22.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
- 6.22.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- 6.22.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- 6.22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.
- 6.22.1.5. Cometer fraude fiscal.

6.22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

- 6.22.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante.
- 6.22.2.2. Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 6.22.2.3. Multa compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 6.22.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 6.22.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
- 6.22.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos:

6.22.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 6.22.1 deste Termo de Referência.

6.22.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados.

6.22.3. As sanções previstas nos subitens 6.22.2.1, 6.22.2.5, 6.22.2.6 e 6.22.2.7 poderão ser aplicadas à contratada junto às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

6.22.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 6.22.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 6.22.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

- 6.22.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 6.22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.22.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 6.22.7. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 6.22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 6.22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 6.22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 6.22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 6.22.14. Para os casos de descumprimento dos prazos acordados serão aplicadas as sanções a seguir:

Inadimplemento	Atraso	Sanção
Atraso na entrega de equipamentos	Até 15 dias a partir do prazo limite de entrega	Multa de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor da compra (nota de empenho).
	A partir do 16º dia a partir do prazo limite de entrega a partir do prazo limite de entrega.	Multa de até 20%, calculada sobre o valor da compra (nota de empenho). A administração poderá considerar a rescisão do contrato.
Atraso no atendimento	Até 1 dia a partir do	Multa de 0,5% por dia de atraso, calculada

de chamados técnicos	prazo padrão.	sobre o valor do equipamento.
	A partir do 2º dia a partir do prazo padrão.	Multa de até 20%, calculada sobre o valor do equipamento. A administração poderá considerar a rescisão do contrato.

- 6.22.14.1. Para cálculo dos atrasos, será considerado o momento da comunicação à contratada, pela UNILA, da necessidade de execução, excluídos os prazos já previstos neste Termo de Referência.
- 6.22.14.2. Deixar de prestar garantia ou assistência técnica a qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo Termo de Referência: impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União por prazo até 03 (três) anos, além de multa de até 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor do empenho.

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
3	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 1% sobre o valor total do contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 9 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1,5% do valor total do contrato.
4	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
5	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
6	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.

7	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
8	Não atendimento de chamado técnico	-Severidade 1: Após o limite de 2 horas, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do contrato. -Severidade 2: Após o limite de 4 horas, aplicar-se-á multa de 0,80% do valor total do contrato. -Severidade 3: Após o limite de 16 horas, aplicar-se-á multa de 0,60% do valor total do contrato. -Severidade 4: Após o limite de 36 horas, aplicar-se-á multa de 0,40% do valor total do contrato.

6.23. Do Pagamento

- 6.23.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado.
- 6.23.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.23.3. Será permitido à contratada a emissão de notas fiscais distintas para itens de software (programas), hardware (componentes físicos) e serviços que compõem a solução, desde que a soma individual de todas seja igual ao valor total a ser pago pela solução.
- 6.23.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.23.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.23.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.23.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 6.23.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.23.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 6.23.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 6.23.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.23.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.23.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.23.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 6.23.15. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 6.23.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.23.17. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.23.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-------------------	--

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 1					
Id.	Descrição do Bem ou Serviço	QTD	U.M.	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	Storage	1	unidade	R\$ 303.084,17	R\$ 303.084,17
TOTAL				R\$ 303.084,17	

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 8.1. O pagamento será realizado em parcela única, com recursos próprios.
- 8.2. As informações orçamentárias serão anexadas ao processo em documento fornecido pela PROPLAN,

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 9.2. As disposições previstas neste instrumento relativa à prestação de serviços de garantia técnica permanecem aplicáveis à contratada durante todo o período de sua duração (60 meses a contar do recebimento definitivo do objeto), sujeitando-se a contratada às penalidades previstas no edital e termo de referência em caso de descumprimento dessas obrigações.

10. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 10.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

- 10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”
- 11.2. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação
 - 11.2.1. De acordo com o art. 1º, §1º, do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão eletrônico.
 - 11.2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 11.3. Da ampla concorrência e Direito de Preferência
 - 11.3.1. Uma vez que a contratação em apreço se enquadra na **hipótese de exceção** prevista no art. 48, inciso I, da LC 123/2006 que diz: “I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo licitatório será realizado com **ampla competição**, pois o valor prevista é superior ao citado;
 - 11.3.2. Não haverá a aplicação do inciso III do art. 48, que determina que a Administradora “deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”, pois **os bens deste certame não são divisíveis**.
 - 11.3.3. A possibilidade de afastamento está pautada na referida Lei Complementar, em seu art. 49, III: “o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, bem como no art. 15, I da Lei. 8.666/93, que preconiza: “as compras, sempre que possível, deverão: atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas”.
 - 11.3.4. Aplicação das regras da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 (arts. 44 e 45), bem assim do Decreto no 7.174, de 2010 (art. 8º),

11.4. Critérios para Qualificação Técnica para a Habilitação

- 11.4.1. Poderão ser realizadas, sempre que necessárias, diligências para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas ou para dirimir quaisquer outras dúvidas, quando aplicável;
- 11.4.2. Não será realizada neste certame prova de conceito com os licitantes.

11.5. Vistoria

- 11.5.1. A vistoria prévia é facultativa.
- 11.5.2. A vistoria poderá ser realizada até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da abertura do certame, entre 9h e 12h, e 14h e 17h, em dias úteis, por meio de agendamento com a Divisão de Serviços Corporativos e Segurança (DISEG), telefone (45) 3522 9700 e email diseg@unila.edu.br.
- 11.5.3. A vistoria será acompanhada de servidores do órgão e terá duração máxima de 30 minutos.
- 11.5.4. Após realizada a vistoria, será emitida uma declaração de vistoria técnica, a qual será assinada pela empresa, comprovando que esta tomou conhecimento das informações necessárias para a execução do contrato.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. Não será admitida a subcontratação para o fornecimento de bens.
- 12.2. Para os serviços de instalação e manutenção **poderá** ocorrer a subcontratação do fabricante da solução ou de empresa credenciada junto ao fabricante, para a execução de serviços profissionais.
- 12.3. Para serviços de garantia ou manutenção, que a critério da contratada seja necessário ser prestado pelo fabricante da solução, poderá ocorrer a subcontratação, pois entende-se que o fabricante é parte fundamental a garantia de funcionamento da solução, onde neste caso, poderá a contratada utilizar de todo e qualquer serviço do fabricante ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, desde que não acarrete ônus adicional à contratante.
- 12.4. Permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto.

13. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela portaria Nº 73 / 2021 - PROAGI, de 11 de Junho de 2021.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Requisitante	Integrante Técnico
Marcio Fernandes Da Costa Matrícula: 2143233	Willian Rahmam Kassem Matrícula: 2140475

Integrante Administrativo	Integrante Administrativo	Integrante Administrativo
Karis F. Diedrich Matrícula: 2164071	Neila Evangelista Matrícula: 2144158	Cristian Fabio Tymus Matrícula: 2141166

Autoridade Máxima da Área de TIC
Ruminiki Pavei Schmoeller Coordenador de Tecnologia da Informação Siape:1939682

Foz do Iguaçu, 12 de novembro de 2021.

ADENDO I

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Item 1 - Storage.

1. Controladoras

- 1.1. Deverá ter 2 (duas) controladoras redundantes e ativas, operando no modo ativo/ativo, garantindo a disponibilidade de acesso aos dados no caso de falha de uma das controladoras.
- 1.2. Deverá ser possível o acesso a todo e qualquer volume, bem como a qualquer disco, por todas as controladoras do equipamento, sem a necessidade de intervenção manual ou interrupção no acesso aos dados.
- 1.3. Deverá operar em modo SAN (Storage Area Network) e em modo NAS (Network Attached Storage), de modo concomitante.
- 1.4. Deverá possuir rede própria e segmentada do front-end.
- 1.5. Deverá permitir a troca de controladoras, sem interrupções nos serviços em funcionamento.
- 1.6. Deverá suportar failover automático entre controladoras.
- 1.7. Cada controladora deverá ter 1 (uma) CPU, com 6 (seis) cores de processamento por CPU.

2. Memória Cache

- 2.1. Deverá ter, no mínimo, 32GB (trinta e dois gigabytes) de memória em cada controladora do subsistema. A memória cache deve estar disponível para todo e qualquer volume do equipamento, SAN e NAS.
 - 2.1.1. Não será aceito qualquer outro tipo de memória existente no subsistema de discos para atendimento ao requisito, que não seja dedicada para este fim, como áreas de destage, discos SSD ou caching NVME.
- 2.2. Deverá realizar o espelhamento do conteúdo da memória cache de escrita entre as controladoras.
- 2.3. Deverá prover mecanismo de proteção do conteúdo da memória cache de escrita em situações de falha no sistema de energia do equipamento.
- 2.4. Deverá permitir posterior expansão de cache pela adição de discos SSD específicos para esta finalidade;

3. Discos

- 3.1. A capacidade líquida deverá ser de, no mínimo, 85 TiB (oitenta e cinco Terabytes) em discos padrão 3.5" NL-SAS, de 7.200 RPM (sete mil e duzentas rotações por minuto), com taxa de transferência de 12Gbps (doze Gigabits por segundo), e mecanismos de proteção RAID 6 ou superiores a este.

- 3.2. A capacidade líquida deverá ser de, no mínimo, 5 TiB (cinco Tebibytes) em discos padrão 2.5" SSD e mecanismos de proteção RAID 5 ou superiores a este.
- 3.3. As capacidades líquidas informadas não devem considerar nenhuma forma de compressão, deduplicação ou Thin Provisioning.
- 3.4. Deverão ser fornecidos discos hot-spare, com as mesmas características dos demais discos.
- 3.5. Deverá permitir a troca de disco avariado sem nenhuma interrupção no storage (hot-swap).
- 3.6. As gavetas de discos deverão ter fontes de alimentação internas, redundantes e hot-swap.
- 3.7. Cada disco deverá possuir pelo menos 2 (dois) conectores, a fim de estarem conectados de forma redundante as controladoras.

4. Protocolos

- 4.1. Deverá suportar os protocolos SAN e NAS, sem a adição de gateways ou appliances, e disponibilizado de forma integrada ao subsistema de armazenamento.
- 4.2. Deverá possuir suporte aos protocolos de front-end:
 - 4.2.1. CIFS/SMB nas versões 1, 2, 3 e superiores.
 - 4.2.2. NFS nas versões 3 e 4 e superiores.
 - 4.2.3. iSCSI.
 - 4.2.4. ICMP.
 - 4.2.5. NDMP.

5. Conectividade

- 5.1. Deverá possuir 4 (quatro) interfaces Ethernet 10Gbps SFP+ por controladora, para uso dos protocolos CIFS/SMB, NFS e iSCSI.
- 5.2. Deverão ser fornecidos os transceivers SFP+ 10Gbps e os cabos ópticos multimodo, com no mínimo, 5 (cinco) metros de comprimento com conectorização LC nas duas extremidades do cabo, para o mesmo número de interfaces indicadas no item anterior.
- 5.3. Deverá suportar a configuração de VLANs conforme o padrão IEEE 802.1Q.
- 5.4. Deverá suportar a agregação de interfaces de rede conforme os padrões IEEE 802.3ad e/ou 802.1AX.
- 5.5. Deverá possuir 1 (uma) interface Gigabit Ethernet em cada controladora, exclusiva para o gerenciamento do equipamento.
- 5.6. Deverá permitir a configuração de QoS (Qualidade de serviço) nas conexões de front-end.

6. Alta Disponibilidade

- 6.1. Não deverá possuir qualquer ponto único de falha, de modo a implementar total e plena disponibilidade para o ambiente de armazenamento, mesmo em situação de falha de componentes como CPU, memória, barramento de dados, fontes de alimentação, interfaces ou qualquer outro elemento que se faça necessário, implementando a característica de failover de modo automático em caso de falha.

- 6.2. Possuir recurso de “call-home” por meio de e-mail, HTTPS ou VPN para permitir diagnóstico remoto em caso de erros/defeitos no equipamento. O “call-home” deverá automaticamente abrir chamado com o fabricante, 24 horas por dia, 7 dias por semana, quando detectado algum componente com defeito.
- 6.3. Possuir monitoramento proativo que permita a detecção e isolamento de falhas antes que elas ocorram. Tal função abrange desde a automonitoração e geração de log de erros, detecção e isolamento de erros de memória, detecção e isolamento de erros no disco, até o acionamento automático de disco hot-spare.
- 6.4. Os discos de hot-spare deverão entrar em funcionamento de forma automática, sem intervenção humana, para qualquer disco que venha a falhar. Após um evento de falha de disco, o sistema deverá automaticamente enviar notificação ao fabricante (call-home).
- 6.5. Deverá permitir a troca de discos com avarias, sem que haja interrupção da aplicação que está acessando o equipamento, assim como a adição de novos dispositivos para aumento de área de armazenamento, não interrompendo da mesma forma as operações de I/O que estiverem sendo processadas no subsistema de armazenamento.
- 6.6. Possuir duas fontes de alimentação elétrica internas e independentes, hot-swap, no padrão 110/220V automático, de tal forma que em caso de falha de uma das fontes o subsistema continue a funcionar, com o fornecimento de cabos no padrão NBR 1436.
- 6.7. Possuir função de replicação síncrona e assíncrona de dados, nativa e integrada ao equipamento, para as áreas SAN e NAS, através de uma rede IP:
 - 6.7.1. Deve permitir replicação “cross-site”, de modo que um site possa ser a origem e o destino da replicação de maneira simultânea.
 - 6.7.2. Apenas os dados alterados desde a última replicação serão sincronizados novamente.

7. Gerenciamento

- 7.1. Deverá suportar os padrões de interoperabilidade:
 - 7.1.1. REST API.
 - 7.1.2. SNMP v2c e v3.
 - 7.1.3. Deverá fornecer MIB (base de informações de gerenciamento) privativa com informações relativas ao equipamento.
- 7.2. Deverá permitir a implementação de Jumbo Frames, de no mínimo 9000 bytes, nas interfaces Ethernet.
- 7.3. Deverá permitir a expansão on-line de LUNs e volumes.
- 7.4. Deverá permitir a criação e agendamento de cópias do tipo snapshot para NAS e SAN. Tais cópias deverão ser criadas sem a utilização de área de reserva para a criação dos snapshots, apenas com a utilização de ponteiros. Caso as cópias utilizem a área adicional para tal, deverá ser fornecido no mínimo 40% de área líquida adicional ao solicitado.
- 7.5. Deverá contemplar a funcionalidade de “restore” de volumes ou arquivos, isto é, permitir ao administrador do sistema, a possibilidade de restaurar um volume ou arquivo utilizando como base de “restore” os pontos de consistência previamente gerados.
- 7.6. Deverá possuir a funcionalidade que possibilite o “clone” de uma LUN ou volume, de forma que a capacidade da LUN ou volume “virtual” criado somente comece a alocar espaço físico no storage na medida em que novos dados são escritos ou alterados.

- 7.7. Deverá contemplar a funcionalidade de compressão e deduplicação.
- 7.8. Deverá permitir a criação de LUNs ou volumes “Thin Provisioning”. O software deverá ser capaz de alocar o espaço útil em disco somente na medida em que os dados sejam escritos, sem a necessidade de realizar pré-alocação de área para as LUNs ou volumes.
- 7.9. Deverá implementar mecanismos de proteção “LUN masking” entre volumes de forma que os mesmos sejam visíveis e utilizáveis apenas pelos hosts para os quais estejam destinados.
- 7.10. Permitir integração com LDAP e AD (active directory) Microsoft.
- 7.11. Deverá possuir interface de gerenciamento gráfica, com controle de acesso seguro via HTTPS;
- 7.12. Deverá possuir interface de gerenciamento via linha de comando, com controle de acesso seguro via SSH.
- 7.13. A interface de gerenciamento gráfica deverá mostrar informações sobre o percentual de utilização da capacidade de armazenamento, status geral do equipamento e de eventos, criação e administração de volumes.
- 7.14. A interface de gerenciamento gráfica deverá mostrar análises de desempenho online e por histórico, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.
- 7.15. O fabricante do equipamento deverá disponibilizar ferramenta web, utilizada mediante o fornecimento de senha, que permita o monitoramento, análises, notificações, consulta ao status do equipamento e sugestões para solução de problemas, baseados nas coletas de informações enviadas pelo call-home.
- 7.16. Deverá possuir suporte a ABE (Access Based Emulation) para o protocolo SMB.
- 7.17. Deverá possuir a funcionalidade nativa de criptografia de dados armazenados nas áreas NAS e SAN, do tipo “Data at Rest”, utilizando o algoritmo AES-256.

8. Compatibilidade e padronização

- 8.1. Deverá ser novo e ainda em linha de fabricação, constante no catálogo do fabricante e não possuir anúncio de “End of Sale” publicada.
 - 8.1.1. Deverá ser apresentado documento do fabricante ou distribuidor que demonstre que o equipamento não tem anúncio de “End of Sale” publicado.
- 8.2. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, de demonstração ou composições ad hoc (composta com o objetivo de atender as especificações do processo).
- 8.3. Deverá permitir montagem em “rack” padrão 19 polegadas e incluir componentes necessários para a montagem.
- 8.4. Deverá ter altura máxima de 6U (rack units).
- 8.5. O subsistema deverá ser compatível com os sistemas operacionais abaixo:
 - 8.5.1. Red Hat Enterprise Linux 7.4.
 - 8.5.2. Microsoft Windows Server 2016.
 - 8.5.3. Microsoft Windows Server Hyper-V 2016.
- 8.6. Deverá incluir integração com Ansible para infraestrutura programável através de arquivos YAML.
- 8.7. Deverá incluir plug-in de interface CSI para integração com Kubernetes suportando o provisionamento de volumes persistentes.
 - 8.7.1. O plug-in Kubernetes deve suportar no mínimo:
 - 8.7.1.1. Kubernetes versões 1.14 e superiores.

- 8.7.1.2. NFS e iSCSI.
- 8.7.1.3. Sistemas operacionais RHEL 7.4 e superiores.
- 8.8. O sistema operacional deverá ser nativo do produto, desenvolvido pelo próprio fabricante, não sendo aceitas versões OEM (Original Equipment Manufacturer) de sistemas operacionais de uso genérico, baseado em Windows ou Unix/Linux, e suas variações.
- 8.9. O sistema operacional deverá vir com as licenças necessárias, perpétuas e ilimitadas.
- 8.10. Os recursos de software deverão estar plenamente licenciados para a capacidade bruta fornecida, de modo que não haja nenhum prejuízo ou limitação das funções em decorrência dos eventuais ganhos de capacidade provenientes das técnicas de armazenamento eficiente (compressão ou deduplicação).

9. Garantia

- 9.1. Serviço de garantia (substituição de peças, atualização de versão dos softwares/firmwares e suporte técnico remoto do fabricante) pelo prazo de **60 (sessenta) meses, sem custos ao contratante.**
- 9.2. As atualizações de versões dos softwares da solução deverão estar disponíveis durante todo o período contratual para download no site oficial do fabricante, mediante o fornecimento de senha de acesso de uso exclusivo da contratante. O procedimento de atualização será realizado pela própria contratante ou contratada, neste caso, mediante prévio agendamento.
- 9.3. O serviço de reposição de componentes defeituosos deverá ser realizado pelo fabricante, pela contratada ou por empresa autorizada pelo fabricante.
- 9.4. Os componentes defeituosos que apresentarem falhas deverão ser substituídos por partes iguais ou superiores e todas as expensas para a substituição e retorno da peça defeituosa deverão ocorrer por conta da contratada.
- 9.5. A substituição dos componentes defeituosos deverá ocorrer, no máximo, em dois dias úteis a contar a partir da confirmação da necessidade de substituição.
- 9.6. Deverá ser fornecido suporte técnico remoto, contemplado com as seguintes características:
 - 9.6.1. Apoio na identificação e correção de falhas ou inconsistências detectadas na solução ofertada, inclusive nas suas configurações e parametrizações.
 - 9.6.2. Prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas, de forma a garantir o perfeito funcionamento e utilização da solução, de acordo com o estabelecido nos manuais que a acompanham.
 - 9.6.3. Suporte técnico e atendimento ininterruptos e prestados no regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo fim de semana e feriados.
 - 9.6.4. Acesso à documentação atualizada da solução e à base de conhecimento do fabricante enquanto perdurar o contrato.
 - 9.6.5. Resolução de dúvidas e esclarecimentos relativos à utilização e configuração da solução.
 - 9.6.6. Resolução de dúvidas relativas ao licenciamento do software e validação da conformidade do ambiente da contratante em relação às regras de licenciamento do fabricante.
 - 9.6.7. Resolução de problemas de desempenho referentes à solução em uso.

- 9.6.8. A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento, com números de telefone 0800 ou local, e-mail de correio eletrônico e endereço web para abertura de chamados online.
- 9.6.9. Toda e qualquer solicitação feita pela contratante deverá ser registrada pela contratada, em sistema informatizado próprio para acompanhamento e controle da execução dos serviços.
- 9.6.10. Todos os custos com deslocamento, alimentação, hospedagem, dentre outros, são de responsabilidade da contratada.
- 9.7. O atendimento deverá ser realizado de acordo com o nível de severidade apresentado a seguir:
 - 9.7.1. Para a severidade 1, o atendimento será iniciado em até 2 (duas) horas, contadas da abertura do chamado técnico:
 - 9.7.1.1. O sistema está total ou parcialmente parado e nenhuma solução imediata está disponível.
 - 9.7.1.2. Todos ou parte substancial dos dados do sistema estão sob risco de perda ou corrupção.
 - 9.7.1.3. Ambiente apresenta perda substancial de serviços.
 - 9.7.1.4. As operações de negócio foram severamente interrompidas.
 - 9.7.2. Para a severidade 2, o atendimento será iniciado em até 4 (quatro) horas, contadas da abertura do chamado técnico:
 - 9.7.2.1. Ocorre quando uma funcionalidade tida como importante é severamente prejudicada.
 - 9.7.2.2. As operações podem continuar de forma restrita, apesar da produtividade em longo prazo ser adversamente afetada.
 - 9.7.2.3. Instalações adicionais estão afetadas e alguma solução temporária está disponível.
 - 9.7.3. Para a severidade 3, o atendimento será iniciado em até 16 (dezesesseis) horas, contadas da abertura do chamado técnico e dentro do horário comercial, nos dias úteis:
 - 9.7.3.1. Envolve perda parcial ou não crítica da funcionalidade do equipamento ou software.
 - 9.7.3.2. A operação de alguns componentes do equipamento ou do software está prejudicada, mas permite que o usuário continue usando-o.
 - 9.7.3.3. A instalação inicial está em risco mínimo.
 - 9.7.4. Para a severidade 4, o atendimento será iniciado em até 36 (trinta e seis) horas, contadas da abertura do chamado técnico e dentro do horário comercial, nos dias úteis:
 - 9.7.4.1. Refere-se às questões de uso geral.
 - 9.7.4.2. Erros na documentação.

10. Serviço de instalação e de configuração

- 10.1. A desembalagem, a montagem dos componentes, a instalação em rack padrão 19" e a energização dos equipamentos.
- 10.2. As atualizações de firmware ou qualquer outro software componente da solução, para a versão mais atualizada disponível ou a última considerada estável.
- 10.3. A realização dos ajustes de hardware e software necessários ao funcionamento integrado da solução de armazenamento.

- 10.4. A interconexão dos equipamentos às redes física e lógica da contratante.
- 10.5. A criação de volumes para uso dos servidores e a configuração do acesso a estes volumes;
- 10.6. Durante as atividades realizadas na prestação do serviço, o técnico da contratada deverá demonstrar à equipe técnica de acompanhamento da contratante como instalar e configurar os equipamentos e os softwares fornecidos (instalação assistida).
- 10.7. Deverá ser feito o repasse da tecnologia, demonstrando no ambiente instalado os recursos habilitados e configurações realizadas para o funcionamento do equipamento, para a equipe técnica da contratante, explicitando a forma de utilização do equipamento e de seus recursos.
- 10.8. A contratada deverá possuir todo o ferramental necessário ao exercício das atividades.
- 10.9. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar técnico com certificação do fabricante. Caso contrário, a instalação deverá ser realizada pelo próprio fabricante do equipamento ou por empresa indicada pelo fabricante.
- 10.10. A documentação atestando a certificação do profissional que fará a instalação, deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato.
- 10.11. A execução dos serviços será feita em local a ser definido pela contratante, no município de Foz do Iguaçu - Paraná, durante o horário comercial.
- 10.12. O processo de instalação e configuração realizado deverá ser documentado pela contratada sob a forma de relatório e entregue ao final das atividades (AS-BUILT).
- 10.13. A contratada deverá agendar o serviço de instalação para até 30 dias corridos, sendo os serviços realizados em, no mínimo de 3 dias úteis, contados a partir da data de entrega dos componentes contratados.
- 10.14. A contratada deverá concluir o serviço de instalação da solução em até 5 dias corridos após a data de início do serviço.
- 10.15. A contratada deverá seguir o seguinte cronograma mínimo para o serviço de instalação:
 - 10.15.1. Reuniões de planejamento (podendo ser realizadas à distância): 4 horas.
 - 10.15.2. Instalação: 4 horas.
 - 10.15.3. Configuração: 4 horas.
 - 10.15.4. Implementação e validação do ambiente: 8 horas.
 - 10.15.5. Repasse de conhecimento: 8 horas.

11. Comprovações

- 11.1. Todas as capacidades estão especificadas em seu requisito mínimo, podendo ser entregue em capacidades superiores.
- 11.2. A comprovação do atendimento às características técnicas especificadas neste documento se dará mediante a entrega da documentação técnica oficial do fabricante integrante da proposta apresentada, que consistirá em catálogos, manuais e documentos oficiais e originais do fabricante, preferencialmente na forma eletrônica, com a indicação do atendimento a cada característica solicitada.
- 11.3. A comprovação do atendimento à volumetria contratada deverá ser realizada de forma inequívoca e através de ferramenta oficial do fabricante, não sendo aceitas declarações, cálculos baseados em planilhas ou outros documentos.
- 11.4. A proposta final deverá conter, pelo menos, a relação das soluções ofertadas para: chassis e/ou gavetas, discos de armazenamento, garantia e licenças de software, com as respectivas quantidades de cada item e seu part number/sku, sob pena de desclassificação.

ADENDO II

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente instrumento, de um lado a Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA, com sede em Foz do Iguaçu-PR, e de outro lado _____, RG _____ SSP/_____, representante da empresa _____, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, mediante as seguintes condições:

1. O contratado declara estar apto a receber informações sobre o parque tecnológico da UNILA, necessárias para a execução dos serviços de instalação do sistema de armazenamento de dados (storage), se comprometendo a manter absoluta confidencialidade sobre estas informações;
2. As informações serão de natureza técnica e operacional, ficando expressamente vedada sua divulgação a terceiros, a qualquer título;
3. As partes deverão restringir a divulgação das informações apenas para o pessoal diretamente envolvido na elaboração do serviço a ser prestado;
4. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas neste instrumento sujeitará o contratado aos procedimentos judiciais cabíveis, relativos a perdas e danos que possam ocorrer para a UNILA e/ou aos seus usuários;
4. Fica eleito o foro da cidade de Foz do Iguaçu-PR, para dirimir quaisquer questões sobre o presente instrumento.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Representante da contratada:



Emitido em 12/11/2021

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 17/2021 - null

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/11/2021 14:46)

CRISTIAN FABIO TYMUS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 2141166

(Assinado digitalmente em 12/11/2021 14:31)

KARIS FABIANE DIEDRICH
CHEFE DE SECAO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
SEATI (10.01.05.20.03.01)
Matrícula: 2164071

(Assinado digitalmente em 12/11/2021 14:32)

MARCIO FERNANDES DA COSTA
CHEFE DE DIVISAO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
DISEG (10.01.05.20.03.03)
Matrícula: 2143233

(Assinado digitalmente em 12/11/2021 14:37)

NEILA EVANGELISTA
ADMINISTRADOR
Matrícula: 2144158

(Assinado digitalmente em 12/11/2021 15:14)

RUMINIKI PAVEI SCHMOELLER
CHEFE DE COORDENADORIA - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
CTIC (10.01.05.20.03)
Matrícula: 1939682

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número:
17, ano: **2021**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **12/11/2021** e o código de verificação:
15ac63f109